



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA REAL, REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO
DE 2012**

N.º 5/2012

PRESIDÊNCIA: Manuel do Nascimento Martins - Presidente da Câmara.-----

VEREADORES PRESENTES: Domingos José Monteiro Madeira Pinto, Maria Dolores Alves Ferreira Monteiro, Miguel de Matos Esteves, Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos, Eugénia Margarida Coutinho da Silva Almeida e Henrique de Matos Morgado.---

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve.-----

SECRETARIOU: Eduardo Luís Varela Rodrigues - Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.-----

HORA DE ABERTURA: Declarada aberta pelo Senhor Presidente, quando eram 10 horas.-----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve.-----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada.-----

SUMÁRIO

I - ANTES DA ORDEM DO DIA4

II - ASSUNTOS URGENTES (artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro)4

III - ORDEM DO DIA

CÂMARA MUNICIPAL

1. – Merval, Gestão de Mercados e de Promoção de Projectos de Desenvolvimento Local, EEM – Isenção de pagamento do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT) Onerosas da ZEN Nova Zona Empresarial de Vila Real4
2. – Aeroclube de Vila Real – Atribuição de subsídio9

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DOS ASSUNTOS JURÍDICOS

3. – Proc. Nº 101/1.0BEMDL – Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela – Autor: Comissão Política Concelhia do CDS-PP - Réu: Câmara Municipal de Vila Real – Contra-interessado: Assembleia Municipal de Vila Real.....9
4. – Prorrogação do prazo de concessão de exploração do Edifício Bar sito no Pioledo - “Projeto Polis Pioledo Jardim” – Req. SOCAFEPAS – Cafés e Pastelarias, e outros10
5. – Proc. Nº 333/08.8TBVRL – Tribunal Judicial de Vila Real – Autor: Condomínio do Centro Comercial Miracorgo – Réu: Polis Vila Real, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Real15

DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

Tesouraria

6. – Balancete Quinzenal – Quinzena de 6 a 17 de fevereiro/2012.....17

DEPARTAMENTO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO URBANA

DIVISÃO DE GESTÃO URBANA

7. – Processo nº 526/07 - Alargamento horário de funcionamento de lavagem automática.....	18
---	----

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

8. – Escola Mágica – Celebração de Protocolo	19
9. – Reajustamento ao Plano da Rede dos Transportes Escolares para o ano letivo 2011/2012	22

DIVISÃO DO DESPORTO E TEMPOS LIVRES

10. – Torneio Internacional de Futebol Juvenil Cidade de Vila Real – Atribuição de subsídio.....	26
--	----

IV – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	27
-----------------------------------	----

I - ANTES DA ORDEM DO DIA

- A Vereadora Profª Dolores Monteiro informou a CM sobre a possibilidade de algumas freguesias, supostamente Abaças, Torgueda, Vila Cova, Quintã, etc. ficarem, a partir do dia 23 de Fevereiro, sem ver televisão resultado do arranque da Televisão Digital Terrestre.

Foi deliberado que a CM oficiasse à ANACOM e PT por forma a evitar esse apagão.

II - ASSUNTOS URGENTES (artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro)

Foi incluído na Ordem de Trabalhos o seguinte assunto:

- Processo nº 526/07 - Alargamento horário de funcionamento de lavagem automática

III - ORDEM DO DIA

CÂMARA MUNICIPAL

- Merval Gestão de Mercados e de Promoção de Projectos

de Desenvolvimento Local EEM

- Isenção de pagamento do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT)

onerosas da ZEN Nova Zona Empresarial de Vila Real

----- 1. - Presente à reunião ofício da Merval, Gestão de Mercados e de Promoção de Projectos de Desenvolvimento Local EEM, registado sob o nº 1514, datado de 16/02/2012 do seguinte teor:

“A empresa Merval, E.E.M., com contribuinte nº 505 324 024, com sede no Loteamento Industrial de Constantim Lote 158 parque TIR, freguesia de Constantim, concelho de Vila Real, vem nos termos do nº 2 do artº 12º da Lei das Finanças Locais, Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro com os seguintes fundamentos:

1º

Para a criação da Nova Zona Empresarial de Vila Real, a empresa Merval, E.E.M., pretende adquirir um conjunto de terrenos cuja descrição das matrizes prediais se encontram discriminadas no quadro anexo.

2º

A Requerente, a empresa Merval, E.E.M. pretende construir uma nova área de localização empresarial (ZEN) destinada a acolher atividades dos mais diversos ramos de atividade. A futura ZEN irá contribuir positivamente para a renovação do tecido empresarial regional, para o aumento da riqueza, do emprego e do investimento. A ZEN é um investimento fundamental, no apoio ao desenvolvimento do concelho e da região. A Nova Zona Empresarial de Vila Real será composta por 135 lotes e terá uma área global de 512.370 m². O investimento total do projeto é de € 11.362.007,00 (onze milhões trezentos e sessenta e dois mil e sete euros).

3º

O projeto ZEN revela a clara intenção da empresa continuar a efetuar e desenvolver de uma forma duradoura a sua atividade de gestão e promoção de áreas empresariais consideradas de superior interesse económico e social, pelo que reúne as condições para beneficiar da isenção do pagamento do Imposto Municipal de Transmissões.

4º

A requerente preenche as condições referidas supra conforme documentos que anexa e irá participar aos serviços de Finanças de Vila Real que não aproveitou anteriormente de benefício da natureza idêntica.


5º

Assim sendo, vem a requerente, de acordo com o n.º 2 do art.º 12.º da Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, requerer a V. Exas autorização do órgão deliberativo do município para beneficiar da referida isenção.”

A Divisão Administrativa e dos Assuntos Jurídicos emitiu o seguinte parecer:

“Factos:

A Merval - Gestão de Mercados e de Promoção de Projetos de Desenvolvimento Local EEM, solicita a isenção do IMT - Imposto municipal sobre transmissões onerosas, ao



abrigo do n.º 2, do artigo 12.º da Lei das Finanças Locais, relativa à aquisição de um conjunto de terrenos para a criação da Zona Empresarial de Vila Real.

Face ao solicitado o Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro solicita parecer jurídico a esta Divisão, sobre o pedido apresentado.

Análise da Pretensão:

Ora, cumpre começar por referir que, a Merval é uma empresa Municipal que tem por objeto a conceção, criação, comercialização, promoção e desenvolvimento e gestão de parques industriais, mercados e feiras, consultoria e apoio ao desenvolvimento de empresas, bem como, elaboração de estudos diversos de desenvolvimento de planos de negócio.

A isenção solicitada destina-se à aquisição de um conjunto de terrenos para a criação da Zona Empresarial de Vila Real, destinada a acolher atividades dos mais diversos ramos de atividade.

Informa a requerente no seu pedido que, a futura Zona Empresarial irá contribuir positivamente para a renovação do tecido empresarial regional, para o aumento da riqueza, do emprego e do investimento.

O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT), é um imposto que tributa as transmissões onerosas do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis, situados no território nacional e de outras situações que a lei equipara a transmissões onerosas de imóveis (art. 1º e 2º e 3º do IMT).

O Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (C.I.M.T.O.), no seu artigo 6.º identifica as entidades que podem beneficiar de isenção, não se enquadrando a requerente em nenhuma das entidades aí referidas como estando isentas.

A requerente solicita as isenções aqui em análise ao abrigo do n.º 2, do artigo 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), cumpre aqui analisar a mesma. Ora dispõe a norma citada que: *A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios.*”

Ora, por um lado importa referir que, o artigo 10.º da Lei das Finanças Locais prevê como receitas dos municípios o produto da cobrança dos impostos municipais a cuja receita têm direito, designadamente, o IMI, o IMT e o imposto municipal sobre veículos.

Por sua vez, o artigo 11.º da citada lei, estipula os poderes tributários dos municípios, dizendo que: “*os municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito*, elencando uma série deles, onde se incluem, na alínea d) a concessão de isenções e benefícios fiscais, nos termos do n.º 2, do artigo 12.º.

Uma das principais alterações que esta Lei das Finanças Locais visou operar foi o reforço da autonomia financeira local, com o reforço dos poderes tributários dos municípios, através do Fundo Social Municipal, com a possibilidade de cobrança dos impostos a cuja receita tenham direito, reforço significativo da autonomia para concessão de isenções fiscais e criação de taxas.

Por outro lado, a fundamentação a que se refere o n.º 2, do artigo 12.º da Lei das Finanças Locais, passa por justificar a contra partida da isenção na relevância daquele investimento para o Município, tendo como limites os próprios princípios constitucionais e legais que regem a atribuição de benefícios fiscais.

Nesse sentido, e considerando a obrigatoriedade deste dever de fundamentação, poderia este município considerar a hipótese de serem estabelecidos critérios vinculativos para este reconhecimento, como forma de respeito pelo princípio da igualdade.

A adoção de uma definição prévia dos pressupostos do exercício dos poderes tributários das autarquias garante o respeito mínimo pelos interesses visados pelo princípio da legalidade fiscal, proporcionando, em simultâneo, um conteúdo e sentido úteis ao princípio constitucional da autonomia financeira local.

Duas regras fundamentais condicionam a previsão legal e reconhecimento dos benefícios fiscais: a generalidade e abstração bem como a igualdade, no sentido de respeito pela livre concorrência (os benefícios não devem colocar os seus destinatários em posições concorrências privilegiadas).

No caso concreto o controlo da legalidade da atribuição dos benefícios fiscais peticionados é duplo: pressupõe uma proposta da Câmara Municipal e o assentimento da Assembleia Municipal, respetivamente o órgão executivo e legislativo do ente público que é o titular das receitas dos impostos em questão.

CONCLUSÃO:

Assim, atendendo ao acima exposto:

1. O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT), é um imposto que tributa as transmissões onerosas do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis, situados no território nacional e de outras situações que a lei equipara a transmissões onerosas de imóveis (art. 1.º e 2.º e 3.º do IMT).
2. O Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (C.I.M.T.O.), no seu artigo 6.º identifica as entidades que podem beneficiar de isenção, não se enquadrando a requerente em nenhuma das entidades aí referidas como estando isentas.
3. O n.º 2, do artigo 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), estipula que a assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios;
4. São receitas próprias dos municípios, nos termos do artigo 10.º da Lei das Finanças Locais, o produto da cobrança dos impostos municipais a cuja receita têm direito, designadamente, o IMI, o IMT e o imposto municipal sobre veículos.

Tendo em consideração a importância que a ZEN - Nova Zona Empresarial de Vila Real tem para o desenvolvimento económico e social de Vila Real e toda a região de Trás-os-Montes e Alto Douro o Sr. Presidente propõe que a Câmara Municipal submeta à Assembleia Municipal a isenção do IMT - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis relativo à aquisição das parcelas de terreno necessário à concretização deste investimento, nos termos do parecer jurídico. -----

-----DELIBERAÇÃO: Submeter à aprovação da Assembleia Municipal conceder à Merval, EEM, a isenção do IMT - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, relativo à aquisição das parcelas de terreno necessário à construção da ZEN - Nova Zona Empresarial de Vila Real nos termos do n.º 2 do artigo

12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais). -----

- Aeroclube de Vila Real
- Atribuição de subsídio

----- 2. - Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, no sentido de ser atribuído ao Aeroclube de Vila Real a comparticipação financeira de 4.260,00 € .--

-----**DELIBERAÇÃO:** Autorizar a comparticipação financeira de 4.260,00€ (quatro mil duzentos e sessenta euros), nos termos da alínea b) n.º 4º do artº 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DOS ASSUNTOS JURÍDICOS

- Proc. n.º 101/1.0BEMDL – Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela
Autor: Comissão Política Concelhia do CDS-PP
Réu: Câmara Municipal de Vila Real
Contra-interessado: Assembleia Municipal de Vila Real

----- 3. - Presente à reunião informação da Divisão Administrativa e dos Assuntos Jurídicos do seguinte teor:

“Informação:

A Comissão Política Concelhia do CDS-PP de Vila Real, intentou junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, contra a Câmara Municipal de Vila Real, uma ação administrativa especial de impugnação do ato deliberativo da proposta de orçamento e plano para o ano de 2011, proferido em 13 de dezembro de 2011 pela

Câmara Municipal e, consequentemente, do ato de aprovação do mesmo em sede da Assembleia Municipal, em reunião realizada em 23 de dezembro de 2011.

Na ação a Autora alega que os referidos atos são nulos, por vício de forma, originado pela preterição da formalidade essencial de consulta prévia aos titulares do Direito de Oposição, impossibilitando o exercício de um direito de oposição democrático consagrado no n.º 2 do art.º 114º da C.R.P. e no n.º 3 do art.º 5º da lei n.º 24/98.

O Município de Vila Real, apresentou contestação, alegando em resumo, por um lado, que foi cumprido e exercido o invocado direito de participação da Autora, não tendo sido violada a Lei n.º 24/98 e, por outro, que a Lei atribui o direito de oposição aos partidos políticos e não, concretamente às suas comissões concelhias, pelo que, o direito invocado pela Autora não lhe pertence nem é direito seu, não o podendo invocar para justificar o pedido de anulação requerido.

Em 8 de julho de 2011, o Tribunal notificou a Comissão Política Concelhia do CDS-PP de Vila Real, aqui Autora, para vir aos autos indicar os factos da sua petição cuja prova se propunha fazer, mencionando os documentos que provassem esses mesmos factos ou informando se eles constavam do processo administrativo, e identificar os documentos que acompanhavam aquele articulado, assim como atribuir à causa um valor.

Conclusão:

Não tendo a Autora respondido ao solicitado pelo Tribunal, foi proferida sentença que absolveu o Réu Município da instância nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 88º do C.P.T.A., tendo condenado, consequentemente, a Autora no pagamento das custas judiciais.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Tomar conhecimento.**-----

- **Prorrogação do prazo de concessão de exploração do Edifício Bar sito o Pioledo – “Projecto Polis Pioledo Jardim”**
- **Req. SOCAFEPAS – Cafés e Pastelarias, e outros**

----- **4. - Presente à reunião informação da Divisão Administrativa e dos Assuntos Jurídicos do seguinte teor:**

“Informação:

Factos:

- No âmbito da intervenção Pólis em Vila Real, foi construído um imóvel destinado a estabelecimento de bebidas, incluído no projeto Polis Pioledo Jardim;
- Em 30/03/2007, a Socafepas apresentou um pedido de aprovação de obras de remodelação interior do Edifício Bar sito no Largo do Pioledo, no âmbito do processo n.º 161/2007;
- O mesmo foi deferido por deliberação camarária de 04/07/2007;
- 14/09/2007 – Pedido para construção de muro existente, aumentando cerca de 40 cm, no âmbito das obras de remodelação do estabelecimento em causa, o qual foi deferido por despacho de 23/11/2007 – alvará n.º 419/2007;
- 03/02/2009 – Pedido de novo licenciamento por caducidade do procedimento, sobre o qual recaiu informação técnica que refere que a intervenção respeita apenas a obras interiores, mantendo o uso previsto conforme o projecto Polis Pioledo Jardim, pelo que está isento de licença.

Foi deferido por despacho de 20/02/2009.

- 11/05/2009 – Entrega de declaração de instalação, modificação e encerramento dos estabelecimentos de restauração e bebidas.
- 01/06/2009 – Requerimento de licença de utilização, o qual foi deferido por despacho de 15/06/2009 – alvará de utilização n.º 141/2009;
- 14/12/2011 – Exposição do requerente, onde alega o seguinte:
 - Nos termos da proposta apresentada no concurso de concessão, a requerente fez um elevado investimento na realização de obras de adaptação no interior do edifício, bem como ao nível de equipamento de AVAC e da cozinha;
 - Este investimento ascendeu os 100.000€ aos quais há que acrescentar mais 25.000€, pagos no momento da assinatura do contrato;
 - Investiu ainda mais 50.000€ na reparação das instalações construídas pela concedente Polis;

- Tem-se deparado com graves dificuldades associadas à crise económica que se atravessa.
- Esta situação agravou-se com o abandono que o espaço público e respectivos equipamentos da envolvente do estabelecimento sofreu (estrado exterior vandalizado, sem nunca ter sido substituído ou reparado, apesar das várias insistências, a limpeza exterior e manutenção do próprio edifício não são realizadas periodicamente);
- Falta de fiscalização e controlo da polícia, levando a um sentimento de insegurança e abandono do local;
- Perante os factos expostos, atendendo à substancial e gravosa alteração do contexto em que foi apresentada a proposta de exploração do estabelecimento, justifica a prorrogação da concessão de exploração, nos termos do contrato por mais 8 anos. Esta é a única medida capaz de ajudar a reequilibrar financeiramente a concessão e permitir ao concessionário recuperar o investimento já realizado.

Mais requer a intervenção por parte dos serviços municipais no que respeita à reparação dos espaços e equipamentos danificados e na manutenção regular dos mesmos.

Análise:

Em reunião da Comissão Liquidatária da Sociedade PolisVila Real de 22/05/2006, foi deliberado adjudicar à SOCAFEPAS a concessão da exploração do Bar do Pioledo, construído pela Polis e pertencente ao Município de Vila Real, mediante o pagamento de uma renda mensal de € 1.000,00.

O respectivo contrato de concessão foi celebrado em 03/05/2007, tendo o mesmo sido objecto de um aditamento, celebrado em 09/12/2008, em cumprimento da decisão da Comissão Liquidatária tomada em reunião de 10/10/2008.

Este aditamento tornou-se necessário, na medida em que o concessionário se viu privado de poder utilizar o edifício, deparando-se com situações de degradação física no mesmo e sua envolvente, ocasionadas pela ausência de manutenção, acção de vandalismo e/ou deficiência de obra.

Analisando o aditamento ao contrato de concessão, constata-se que a cláusula 3.^a do contrato inicial, respeitante ao início do prazo de concessão, passou a ter a seguinte

redacção: “*O prazo da concessão inicia-se 3 meses após a data da assinatura do presente aditamento ao contrato, ou na data da abertura do estabelecimento ao público, se ocorrer em data anterior e termina em igual dia do 8.º ano decorrido, caso não seja renovado.*”

Portanto, o prazo da concessão iniciou-se em 09/03/2009, uma vez que o estabelecimento não foi aberto antes.

Por sua vez, a cláusula 6.ª dispõe que “*o prazo de concessão é de 8 anos, prazo este que será renovado por igual período se qualquer das partes o não denunciar com sessenta dias de antecedência*”. Consequentemente, o prazo de concessão terminará em 09/03/2017.

Nesta altura, foi realizado um projecto de arquitectura em 12/08/2008, para a obra de alteração do edifício em causa, tendo sido proposto pelo Arquitecto responsável proceder à recuperação dos revestimentos de pavimentos exteriores, sistema hidráulico e iluminação do pavimento que deverão ter uma manutenção e limpeza periódica.

No edifício-bar, propôs:

- limpeza com desinfeção profunda dos pavimentos e paredes da escada exterior pública, com pintura posterior;
- recuperação do revestimento exterior do edifício que deverá ter manutenção e limpeza periódica;
- fechamento das zonas de escadas públicas e de serviço com caixilharias de praticabilidade conforme os horários de uso;
- recuperação e/ou anulação de corrimãos existentes.

Conforme estabelecido na cláusula 23.ª do aditamento ao contrato de concessão, a responsabilidade pela execução destes trabalhos, bem como pelo correspondente pagamento, no montante de € 31.918,38 com IVA incluído, é do concessionário.

De referir que no n.º 3 da Cláusula 7.ª do aditamento ao contrato também se estipula que o concessionário fica desobrigado do pagamento da renda mensal nos primeiros 32 meses de concessão, como contrapartida financeira pelas obras que o concessionário iria levar a efeito no estabelecimento e espaço envolvente ao mesmo, nos termos acordados pelas partes, ou seja, o concessionário estaria isento do pagamento da renda mensal até

09/11/2011. Pelo que, nesta fase já estará obrigado ao pagamento mensal, facto que, pelos vistos, ainda não ocorreu.

Face ao exposto, julgo que o pedido de prorrogação da concessão por mais 8 anos, nesta data, se revela inoportuno e sem efeito útil, isto porque o prazo de concessão ainda se encontra a decorrer, só atingindo o seu termo em 2017.

A renovação é automática por mais 8 anos, caso não haja denúncia de nenhuma das partes com a antecedência de 60 dias.

Relativamente, à questão suscitada quanto à falta de manutenção do edifício e espaço envolvente, cumpre informar que os serviços competentes já procederam a uma vistoria, tendo apurado os trabalhos de correcção e reparação que urgem efectuar, no âmbito da empreitada de beneficiação e requalificação de um lote de arruamentos do centro histórico e do pioledo. Trabalhos esses com uma estimativa de custo no valor de € 112.572,25.

O adjudicatário da empreitada, a firma Monte Adriano, Engenharia e Construção, já foi notificado para proceder às obras identificadas como necessárias e da sua responsabilidade, sob pena de serem accionadas as garantias bancárias retidas.

Em 01/02/2012, através do ofício n.º 1004, o adjudicatário já se responsabilizou pela execução da necessária intervenção de correcção das anomalias detectadas, encontrando-se apenas a proceder ao planeamento dos trabalhos.

Em conclusão:

I – De acordo com o aditamento ao contrato de concessão de exploração do Bar do Pioledo, celebrado em 09/12/2008, o contrato com a firma SOCAFEPAS encontra-se vigente até março de 2017, pelo que, actualmente, a pretensão do concessionário de prorrogação do prazo de concessão por mais 8 anos se revela sem qualquer efeito útil, nem fundamento legal.

II – Relativamente à reparação/manutenção dos espaços e equipamentos existentes na envolvente, julgo que a situação, brevemente, se solucionará, na medida em que o adjudicatário da empreitada de beneficiação e requalificação de um lote de arruamentos

do centro histórico e do pioledo assumiu a responsabilidade pela intervenção para reparação das anomalias detetadas.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Indeferir o pedido de prorrogação do prazo de concessão, nos termos da informação dos serviços.**-----

- **Proc. N.º 333/08.8TBVRL – Tribunal Judicial de Vila Real**

- **Autor: Condomínio do Centro Comercial Miracorgo**

- **Réu: Polis Vila Real, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa**

Polis em Vila Real

----- **5.** - Presente à reunião informação da Divisão Administrativa e dos Assuntos Jurídicos do seguinte teor:

“Informação:

Em 14 de fevereiro de 2008, o “Condomínio do Centro Comercial Miracorgo” intentou contra a Polis Vila Real – Sociedade Para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Real, S.A. – em liquidação, ação declarativa de condenação, sob a forma de processo comum ordinário, peticionando o seguinte:

- a) A condenação da Polis a eliminar definitivamente as causas das infiltrações que ilicitamente provocou e descritas nos art.º 5º a 18º da petição inicial;
- b) No pagamento de indemnização pelos prejuízos sofridos a ter lugar em execução de sentença.

Para o efeito, alega o Condomínio, em síntese que:

No exercício das suas funções, a sociedade Polis procedeu entre o mês de julho de 2001 e o mês de dezembro do ano de 2002, ao arranjo, impermeabilização e colocação de pavimento no logradouro ou terraço adjacente às Torres Miracorgo, na sua parte da frente ao lado Poente. Durante os meses de junho a setembro do ano de 2005, a Ré também procedeu ao arranjo, impermeabilização e colocação de pavimento no logradouro da Autora, desta vez nas suas traseiras ou lado nascente. Na sequência das aludidas intervenções várias lojas passaram a sofrer infiltrações da pluviosidade o que ocasionou prejuízos.

A Sociedade Polis apresentou contestação, invocando a exceção da ilegitimidade ativa do Condomínio e a prescrição do direito de indemnização, tendo ainda impugnado os factos alegados, concluindo pela improcedência da ação.

O Tribunal Judicial de Vila Real proferiu sentença que julgou procedente a exceção da prescrição invocada pela Ré no tocante ao direito à indemnização pelos danos provocados pelas obras de arranjo, impermeabilização e colocação de pavimento no logradouro adjacente às Torres Miracorgo, na sua parte da frente ao lado Poente, realizadas em 2001-2002 e, improcedente a exceção da prescrição no tocante ao direito à indemnização pelos danos provocados pelas obras realizadas nas traseiras, lado Nascente, do Centro Comercial, durante junho a setembro de 2005. Quanto ao pedido de indemnização julgou-se o mesmo parcialmente procedente e:

- a) Condenou-se a Ré a eliminar definitivamente as causas das infiltrações por si provocadas com as obras realizadas no lado Nascente;
- b) Condenou-se a Ré no pagamento de indemnização de 25% dos prejuízos sofridos pelo Condomínio, a ter lugar em execução de sentença.

Não se conformando com esta decisão, a Sociedade Polis, recorreu para o Tribunal da Relação do Porto, alegando, em suma, que a responsabilidade exige, para além do facto ilícito, a culpa ou negligência do agente, não se devendo considerar como facto ilícito a intervenção da Ré, a pedido de alguns condóminos e à vista e sem oposição dos demais, gratuitamente, e consistindo em reabilitar e melhorar o espaço pertença do condomínio que habitualmente é utilizado pelo público em geral. Por outro lado, alegou que, tendo prescrito o direito à indemnização, originado por uma parte da obra executada (no terraço poente) e não se apurando em concreto quais os danos causados e por que facto foram causados, não é possível definir a responsabilidade da Ré numa percentagem da totalidade dos prejuízos invocados, não tendo assim a decisão proferida qualquer fundamento de facto que a sustente.

Analizadas as alegações de recurso apresentadas, o Tribunal da Relação do Porto deu razão à Sociedade Polis e assim revogou a sentença proferida pelo Tribunal Judicial de Vila Real, tendo decidido que a mesma deveria ser substituída por outra em que a Sociedade Polis fosse absolvida da totalidade do pedido.

Mais, decidiu este Tribunal Superior condenar a Autora no pagamento das custas devidas.

Face a esta decisão, o Condomínio do Centro Comercial Miracorgo apresentou recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, visando a revogação do acórdão da Relação, tendo suscitado, em suma, as seguintes questões:

- 1 – Nulidade do acórdão impugnado, por haver conhecido de questão cuja apreciação lhe estava vedada;
- 2 – Violação, pelo mesmo acórdão, do preceituado nos arts. 655º, n.º1 e 389º e 396º, ambos do C.C.;
- 3 – Indevido entendimento, perfilhado no acórdão recorrido, de que não se mostram preenchidos, no caso dos autos, todos os pressupostos da responsabilidade civil prevista nos art.º 483º e sgs. do C.C..

Por decisão proferida em 9 de fevereiro do corrente ano, o Supremo Tribunal de Justiça acompanhou a posição perfilhada pelo Tribunal da Relação, reforçando a ideia da inexistência de responsabilidade civil a imputar à ré Sociedade Polis, confirmando-se assim que esta foi absolvida da totalidade do pedido.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Tomar conhecimento.**-----

DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA


Tesouraria

- Balancete Quinzenal

- Quinzena de 6 a 17 de fevereiro/2012

----- 6. - Presente à reunião o Balancete da Tesouraria de 6 a 17 de fevereiro/2012, o qual apresenta o seguinte movimento de valores em (euros):

Saldo da Quinzena Anterior	1.266.985,70
Cobrado Durante a Quinzena	1.190.822,84
Pago Durante a Quinzena	691.407,84
Saldo para a Semana Seguinte	1.766.400,70



Discriminação do Saldo	
• De Operações Orçamentais	874.856,56
• De Operações Não Orçamentais	891.544,14

-----**DELIBERAÇÃO: Tomar conhecimento.**-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO URBANA

DIVISÃO DE GESTÃO URBANA

- Processo nº 526/07

- Alargamento horário de funcionamento de lavagem automática

----- 7. - Presente à reunião carta de Domingos Ramos Antunes registado sob o nº 580, datado de 18/01/2012 do seguinte teor:

“**Domingos Ramos Antunes**, Nif. 193 337 592, residente no Lugar de Quinchoso, freguesia de Refojos, concelho de Cabeceiras de Basto, vem expor e requerer a V. Exa. o seguinte:

O requerente é proprietário de uma estação de lavagem de automóveis (self-service) instalada na freguesia de Borbela, Estrada Nacional nº 2, concelho de Vila Real.

A referida estação está, conforme se constata no processo administrativo supra referido, devidamente licenciada, preenchendo todos os requisitos, técnicos e legais, para estar em funcionamento.

Sucedo que, por essa autarquia, foi imposto um horário de funcionamento manifestamente insuficiente (10h00 às 20h00 e encerramento ao Domingo) quer para as necessidades de quem pretende recorrer aquele serviço, quer para a rentabilização económica do mesmo dado o avultado investimento feito pelo aqui requerente, quer pela comodidade de quem procura este serviço, uma vez que o domingo é preferencialmente o dia escolhido pelos clientes para utilizar este tipo de serviço.

Ora, tal como é do conhecimento de V. Exa., a respetiva licença só foi concedida pelo facto de estarem preenchidos todos os requisitos, nomeadamente, o correto e eficaz

isolamento acústico tal como o demonstrou o teste de medições acústicas. Será por demais ilustrativo o facto de o resultado do aludido teste concluir que a estada nacional, com a qual confina a estação de lavagem em causa, emite mais ruído que aquela.

Posto isto, e em consonância com o que sucede com as demais estações de lavagem que proliferam por todo o país, requer a V. Exa. o seguinte:

- Que se digne autorizar o alargamento do horário vindo de referir permitindo-se que a dita estação **funcione das 6h30 até às 24h00, inclusive ao Domingo**, ou, subsidiariamente se tal não for concedido abertura às 7h00, encerramento às 22 h00 todos os dias da semana, incluindo o Domingo.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Autorizar novo horário de funcionamento das 8h00 às 22h00 e encerramento aos Domingos.**-----

O Vereador Rui Santos votou contra, e os Vereadores Eugénia Almeida e Henrique Morgado abstiveram-se.---

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

- **Escola Mágica**

- **Celebração de Protocolo**

----- **8.** - Presente à reunião minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Vila Real e a Cyber Digital Business, designada por Escola Mágica.

“Cyber Digital Business, com sede na rua Conselheiro Veloso da Cruz, 524, 4400-092 em Vila Nova de Gaia, pessoa coletiva 506 872 262, representada pelo **Prof. Doutor Aguiar Falcão de Castro**, na qualidade de **Diretor** e a frente designada por **Escola Mágica**.

O **Município de Vila Real** representado pelo **Dr. Manuel do Nascimento Martins** na qualidade de **Presidente da Câmara**. Em nome e representação de ambas as instituições, e de modo recíproco, se reconhecem com capacidade suficiente para formalizar o presente Protocolo, nos termos que se seguem.

Propósito

- 1º – O **Município de Vila Real** preocupando-se com a qualidade do ensino e recursos pedagógicos usados no 1.º Ciclo do Ensino Básico.
- 2º – Por seu lado, considerando que constituem finalidades da **Escola Mágica**:
 - a) Impulsionar o acesso ao conhecimento através de conteúdos didáticos multimédia e tradicionais;
 - b) Promover e otimizar o uso dos recursos existentes nas escolas, assim como, o recurso às novas tecnologias de informação e comunicação;
 - c) Promover um espírito competitivo para a aprendizagem na cidadania.

Celebram entre si os dois outorgantes, o presente Protocolo de Colaboração Genérico.

Obrigações da ESCOLA MÁGICA

Nos termos do protocolo “sub judice”, a **Escola Mágica** compromete-se a colaborar diretamente com o **Município de Vila Real** nos seguintes aspetos:

- a) A **Escola Mágica** compromete-se a ceder gratuitamente os conteúdos multimédia para o 1.º Ciclo do Ensino Básico a todas as escolas públicas e privadas do Município.
- b) A **Escola Mágica** compromete-se a ceder gratuitamente a todas as escolas públicas e privadas do município o curso multimédia de Inglês «My City» para as Atividades de Enriquecimento Curricular.
- c) A **Escola Mágica** compromete-se a ceder gratuitamente a todas as escolas públicas e privadas do município um banco de recursos multimédia com atividades interativas e fichas de trabalho em formato digital possibilitando ao professor a criação da sua própria aula adaptada em cada momento ao nível de desenvolvimento dos alunos.
- d) A **Escola Mágica** permitirá a inscrição e participação gratuita a todas as turmas do ensino público e privado na II Edição do Concurso de conhecimento, cidadania e inovação «Olimpíadas do Saber».
- e) A **Escola Mágica** disponibiliza-se para realizar uma sessão de apresentação/formação do Projeto Escola Mágica para todos os professores do

1.º Ciclo do Ensino Básico em cada agrupamento do município e estabelecimento de ensino particular.

Obrigações do Município de Vila Real

Por seu lado, e nos termos do presente Protocolo, o **Município de Vila Real** compromete-se igualmente a colaborar nos seguintes aspetos:

- a) O **Município de Vila Real** compromete-se a recolher junto dos vários agrupamentos os dados necessários para proceder à inscrição de alunos, professores e encarregados de educação no Projeto Escola Mágica.
- b) O **Município de Vila Real** compromete-se a marcar uma sessão de apresentação/formação do Projeto Escola Mágica em todos os agrupamentos.
- c) O **Município de Vila Real** compromete-se a colaborar na realização das «Olimpíadas do Saber» através da cedência do espaço, pavilhão municipal ou escolar.
- d) O **Município de Vila Real** compromete-se a ceder uma listagem das empresas sediadas na sua área de intervenção para que lhes seja disponibilizada informação sobre o concurso de conhecimento, cidadania e inovação «Olimpíadas do Saber».
- e) O **Município de Vila Real** compromete-se a divulgar pelas empresas sediadas no concelho a organização das «Olimpíadas do Saber».

Normas de Funcionamento

- 1º – Este Protocolo de Cooperação Genérico abrangerá a assinatura de Protocolos de Cooperação Específicos que entretanto se venham a estabelecer, referentes a atividades ou projetos de colaboração entre as Instituições.
- 2º – O presente Protocolo terá uma duração inicial de um ano a contar da data da sua assinatura. Será renovado automaticamente por igual período sucessivo de um ano, a menos que qualquer das partes o venha a denunciar por escrito com, pelo menos, três meses de antecedência em relação ao final da sua vigência e sem prejuízo das atividades que entretanto decorram no âmbito de eventuais Protocolos de Cooperação Específicos.
- 3º – O presente Protocolo de Cooperação Genérico será coordenado por parte da **Escola Mágica pelo Prof. Doutor Aguiar Falcão de Castro** e por parte do

Município de Vila Real pela Prof. Doutora Maria Dolores Alves Ferreira Monteiro. “-----

-----**DELIBERAÇÃO: Aprovar o protocolo.**-----

- Reajustamento ao Plano da Rede dos Transportes Escolares para o Ano Letivo 2011/2012

----- 9. - Presente à reunião informação do Chefe de Divisão de Educação do seguinte teor:

“I – Introdução

1.- Cumprindo o disposto no Art.º 5 e Art.º 10 do Decreto-Lei 299/84 de 5 de setembro, cumpre-me apresentar a V. Exa., para aprovação em reunião do Executivo Municipal, o **PROJECTO REAJUSTAMENTO** à previsão inicial da Rede dos Transportes Escolares para o ano letivo 2011/2012.

2.- **O Projeto de Reajustamento para o ano letivo 2011/2012**, elaborado com os dados disponíveis até à presente data sofreu, em relação ao **Plano Previsão do mesmo ano**, algumas alterações **na sua estrutura e dados**:

2.1- ESTRUTURA

- a) O circuito nº 12 da Rede de Transportes Escolares, que inclui as localidades de Povoação, Carracedo e Penelas, e tem como destino a Escola do EB2,3 Mons. Jerónimo do Amaral e a Escola Secundária/3º Ciclo Morgado de Mateus, passou a ser efetuado pela Empresa Auto Viação do Tâmega, por motivo da Empresa CP – Caminhos de Ferro ter deixado de o efetuar;
- b) Verificou-se a diminuição de um circuito de transporte em carreiras públicas;
- c) A Empresa Rodonorte passou a cobrar valores diferentes no custo dos transportes escolares para alunos oriundos da mesma localidade, conforme o destino dos mesmos, sendo que o custo é superior para os alunos que frequentam o Colégio da Boavista, A Escola EB2,3 Mons. Jerónimo do Amaral e a Escola Secundária/3º Ciclo Morgado de Mateus, por estarem localizadas a uma distância maior do que as Escolas E2,3 Diogo Cão, Secundária Camilo Castelo Branco e Secundária S. Pedro;

- d) No âmbito da monitorização da Rede de Transportes Escolares por parte dos serviços de educação, procedeu-se à transferência de algumas localidades para outros circuitos, reajustando o meio de transporte dos alunos às suas efetivas necessidades, o que ainda permitiu uma **redução do custo** do respetivo “passe escolar”;
- e) Procedeu-se à reestruturação de alguns mini-circuitos de aluguer, através da inclusão de localidades antes incluídas no âmbito do Reordenamento Escolar, o que permitiu uma nova definição de circuitos e de agrupamento de circuitos colocados a concurso, com a consequente **redução de custos**;
- f) Foi prolongado o circuito nº7, em carreira pública, efetuado pela Empresa Rodonorte, desde Arrabães até Tuizendes, servindo os alunos e a população em geral das localidades de Meneses, Torgueda e Moções. Nos anos anteriores, os alunos das localidades atrás referidas eram transportados em viaturas de 9 lugares até Arrabães, no âmbito dos mini-circuitos de aluguer (**com custos superiores aos agora suportados**), e a população não usufruía deste serviço.
- g) Também no Circuito relativo ao Transporte dos Alunos com Necessidades Educativas Especiais, através do Protocolo celebrado com a Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real foi possível a inclusão do transporte de alunos de novas localidades e o custo com a remuneração dos vigilantes, tendo-se, mesmo assim, verificada uma grande **diminuição dos custos** a suportar com este circuito;

2.2- DADOS

- a) Para além da redução do número de circuitos, verificou-se uma diminuição do número total dos alunos a transportar, particularmente nas carreiras públicas, resultado de uma monitorização/fiscalização mais eficaz no controle das localidades de origem, assim como pelo facto de alguns alunos terem optado pela aquisição do “passe 4_18”, com custos inferiores ao do “passe escolar” normal;
- b) Verificou-se dois agravamentos dos preços dos bilhetes simples em cerca de 5% (um em 1 de agosto de 2011 e outro em 1 de fevereiro de 2012), conforme as tabelas de equivalência distância/preços, aprovadas pelo IMTT;;
- c) Verificou-se, como já foi referido atrás, uma redução **no custo diário do circuito especial NEE**.

II- PLANO REAJUSTAMENTO DA REDE DE TRANSPORTES ESCOLARES 2011/2012.

1.- A Rede de Transportes Escolares no ano letivo 2011/2012 serve **1.370** alunos, dos quais **997** são alunos do 1º, 2º e 3º ciclos e **373** alunos do Ensino Comparticipado (alunos do Ensino Secundário e alunos do Ensino Básico com mais de 15 anos), organizados e distribuídos por vários circuitos: **Transportes Públicos, Mini-Circuitos de Aluguer e Circuito Privativo Especial NEE** (destinados aos alunos com necessidades educativas especiais).

Circuito de Transportes Públicos - 1.245 alunos são transportados em 15 circuitos de carreiras de transportes públicos (Empresa Auto Viação do Tâmega, Alfandeguense, Rodonorte Lda. e Corgobus), e o seu custo anual é de **792.197,00€**.

Mini-Circuitos de Aluguer - 108 alunos são transportados em 16 mini-circuitos de Aluguer (carrinhas de nove lugares e táxis), e o custo é de **69.424,25€**.

Circuito Privativo Especial (Alunos com NEE) - 17 alunos com Necessidades Educativas Especiais são transportados em duas viaturas preparadas e adaptadas para o efeito, pelo custo anual de **35.000,00€**.

A execução deste circuito especial é da responsabilidade da **Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real – APCVR**, que nos termos do **PROTOCOLO** de parceria entre a Câmara Municipal de Vila Real e esta Entidade, aprovado por Deliberação do Executivo da CMVR a 3 outubro de 2011, assumiu pelo mesmo custo a colocação de um acompanhante adulto em cada viatura, aqui designados por vigilantes.

2.- Assim, de acordo com o Mapa Reajustamento que se anexa, o custo global da Rede dos Transportes Escolares do Concelho de Vila Real para o Ano Letivo 2011/2012, considerando **175 dias letivos** é de **896.621,25€**, devendo o Município de Vila Real suportar a quantia de **793.856,65€**, e o restante valor de **102.764,60€** corresponde à comparticipação dos pais e encarregados de educação dos alunos beneficiários.

O custo de cada Aluno/Ano, na base de 175 dias	
CARREIRAS PÚBLICAS	636.30€
TRANSPORTE DE ALUGUER	642.82€
CIRCUITO ALUGUER ESPECIAL	2.058.82€

III – MAPA RESUMO COMPARATIVO (Ano letivo 2011/2012)**(O inicialmente PREVISTO para 2011/2012 e o REAJUSTAMENTO)**

RESUMO	(setembro2011) PREVISÃO	(janeiro/2012) REAJUSTAMENTO	DIFERENÇA
1- TOTAL N° CIRCUITOS	(33)	(32)	-1
1.1 Carreir. Públicas	16	15	-1
1.2 Circuit. Aluguer	16	16	0
1.3 Circuit. Privativos NEE	01	01	0
2- N° DE ALUNOS A TRANSPORTAR	1.515	1.370	-145
3-CUSTO ANUAL REDE	993.545,00€	896.621,25€	-96.923,75€
3.1 Carreir. Públicas	821.350,25€	792.197,00€	-29.153,25 €
3.2 Circuit. Aluguer	119.694,75€	69.424,25 €	-50.270,50€
3.3 Circuit. Privativos NEE	52.500,00€	35.000,00€	-17.500,00€
4-COMPARTICIPAÇÃO ANUAL DOS ALUNOS	123.392,80€	102.764,60€	-20.628,20€
5-COMPARTICIPAÇÃO CÂMARA MUNICIPAL	870.152,20€	793.856,65€	-76.295,55€
6-CUSTO ALUNO/ANO			
6.1 Carreir. Públicas			
6.2 Circuit. Aluguer	591,75€	636,30€	+44,55€
6.3 Circuit. Privativos NEE	1.088,13€	642,82€	-445,31€
	3.088,24€	2.058,82€	-1.029,42€

IV - EM CONCLUSÃO:

A estrutura de financiamento da Rede dos Transportes Escolares é a seguinte em 2011/2012:

Entidades financiadoras:	Valor em €	Percentagem
CÂMARA MUNICIPAL	601.956,65€	67,14%
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL a)	191.900,00€	21,40%
ALUNOS	102.764,60€	11,46%

TOTAL:	896.621,25€	100%
---------------	--------------------	-------------

a) Nos termos do exposto no Plano Orçamental da CMVR para 2012 a comparticipação da Administração Central (DGAL) é no valor de 191.900,00€, e diz apenas respeito aos alunos que frequentam o 3º Ciclo do Ensino Básico.

INFORMAÇÃO: Mais se informa que, no próximo ano letivo 2012/2013 todos os alunos matriculados no 10º Ano - Nível Secundário, vão ter a oferta do serviço de transporte escolar gratuito, desde que se tenham matriculado no ano letivo 2009/2010 no 7º ano de escolaridade, conforme o disposto no nº1 do Artº8º da Lei nº85/2009 de 27 de agosto, tendo o Município de suportar os custos na totalidade. Neste sentido, no Ano Letivo 2014/2015 o transporte escolar será na generalidade gratuito para todos os alunos, desde o 1º Ciclo até ao 12º ano inclusive, com a exceção do momento em que o aluno perfaça 18 anos de idade, independente do nível de ensino em que se encontre. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** Aprovar a proposta de Reajustamento ao Plano da Rede dos Transportes Escolares, nos termos da informação dos Serviços.-----

DIVISÃO DO DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- Torneio Internacional de Futebol Juvenil Cidade de Vila Real
- Atribuição de subsídio

----- **10.** - Presente à reunião proposta do Vereador Domingos Madeira Pinto do seguinte teor:

“A Associação Desportiva da Escola Diogo Cão, o Sport Clube de Vila Real e o Abambres Sport Clube, organizam conjuntamente com Município de Vila Real o “TORNEIO INTERNACIONAL DE FUTEBOL JUVENIL CIDADE DE VILA REAL” nos dias 18, 19, 20 e 21 de fevereiro de 2012.

Este evento, que já é uma tradição no panorama desportivo do nosso Concelho, realiza-se para premiar a nossa Cidade e Região e homenagear todos os intervenientes

desportivos, que ao longo do tempo tudo fizeram para que este torneio fosse e continuasse a ser uma realidade.

Nesta sua 22ª edição contará com a participação de 56 equipas, distribuídas pelos escalões de Petizes, Traquinas, Benjamins, Infantis e Iniciados, onde se salienta a representação do S.C. de Espinho, CD Odiaxere, Grupo Desportivo de Chaves, C.D. das Aves, entre outras, três equipas de Espanha (Benavente, Amio ST. Compostela e C. Riveira) equipas representativas dos concelhos vizinhos e as equipas das três associações organizadoras.

Este Torneio movimenta cerca de 800 atletas e 100 técnicos/dirigentes, pelo que proponho a atribuição de um subsídio no valor de 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros), à organização do evento, a fim de minimizar os custos da referida ação. O valor em causa deve sair da rubrica: Comparticipação a eventos relevantes para o Concelho, com o código 0603/040701, e atribuído na íntegra ao Abambres Sport Clube.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Aprovar a proposta.**-----

IV – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve.-----

- Aprovação da ata em minuta e encerramento da reunião

----- **11.** - E não havendo mais nada a tratar, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para efeitos consignados no n.º. 4 do art.º. 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de setembro alterada e republicada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de janeiro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, com funções de Secretário que a mandei elaborar. Seguidamente foi encerrada a reunião quando eram 11,30 horas.-

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO,


(Eduardo Luis Varela Rodrigues)

O PRESIDENTE DA CÂMARA,


(Manuel do Nascimento Martins)